



## Massa Crítica

Luís Marques  
l.s.marques@sapo.pt

### O PRR VAI NU

Ataviado de milhões como nunca se viu, o Plano de Recuperação e Resiliência saiu à rua, para aquilo a que pomposamente chamou “consulta pública”. Convencido que só os tolos não abririam a boca de espanto com tanto dinheiro à mostra, empalideceu quando os agentes da cultura, que conhecem bem histórias infantis, escreveram uma “carta aberta” a gritar, como no conto de Andersen, que o rei vai nu. António Costa ainda replicou, lamentando que, apesar da pompa, não tenha dinheiro para tudo. Nem para tudo, nem para o essencial.

A verdade é que o PRR ainda nem começou a ser aplicado e é já um tremendo fiasco de aceitação pública. A exceção do Governo e do primeiro-ministro, ninguém gosta do que está a ver. Um plano que era suposto unir o país rumo à recuperação económica é um fator de divisão e discórdia. Um plano que promete um futuro melhor, uma economia diferente e uma sociedade mais inclusiva suscita reservas, desconfianças e a convicção generalizada de que protege os mesmos de sempre. Onde devia haver esperança, há pessimismo. Onde devíamos ver o futuro, olhamos para o passado. O PRR não agrada a ninguém.

Não agrada aos agentes culturais, como já vimos. Aos do desporto também não. Não agrada aos patrões. Nem aos autarcas. Nem sequer aos ambientalistas. Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio, diz que o plano “é uma desilusão” e “não tem visão estratégica”. António Saraiva, presidente da CIP, acha que os 24% de verbas atribuídas às empresas não contribuem para uma economia “saúdável e sustentável”. A Associação Empresarial de Portugal vai pelo mesmo caminho. No início desta semana, o país ficou a saber pelo socialista Manuel Machado, presidente da Associação Nacional de Municípios, que os autarcas consideram o PRR “centralista” e uma “oportunidade perdida” por ignorar “o papel das autarquias”.

A associação Ambientalista Zero também está desiludida com um plano de “carácter vago, pouco estruturado e parco em ambição multisectorial”. A lista dos descontentes e dos críticos não tem fim. Até António Costa Silva, autor da primeira versão deste plano, considera que falta uma “análise custo-benefício” dos investimentos anunciados. Coisa para a qual o Banco de Portugal também já tinha alertado. De Bruxelas, aliás, chegaram notícias de que a Comissão não quer mais betão a prejudicar a visão verde do futuro. E betão, o PRR ainda tem muito.

Nada disto é para admirar. Outros países, a começar pela Alemanha, promoveram amplas discussões e negociações com os diferentes agentes e instituições. Criaram comissões independentes para o fazer, inclusive. Esse processo ainda está a decorrer em muitos países. O Governo português seguiu o caminho tradicional: entregou-o à burocracia e despachou o assunto. Saiu o que temos. Uma fatiada deslumbrada e estatista. Sem alma, sem visão, sem capacidade mobilizadora. É metê-lo na gaveta e arranjar-lhe roupa nova. Até final de abril ainda há tempo.

## PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

# Governante ataca “teia” de pareceres, que tudo “emperra, trava” e “chateia”

Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Carlos Miguel, declara guerra à burocracia nacional dos fundos europeus

JOANA NUNES MATEUS

“A Administração Central tem urdido uma teia de pareceres vinculativos que tudo emperra, trava, demora, chateia, na maior parte das vezes para satisfazer pequenos poderes instituídos.” Quem o diz é Carlos Miguel, o governante que acompanha o investimento municipal enquanto secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional da ministra da Coesão Territorial.

No Portugal 2020, os investimentos municipais arrancam tarde. Até houve autarcas

que chegaram a 2021 com 0% dos fundos europeus executados. Daí que só um “enorme esforço de desburocratização” pode prevenir novos atrasos no arranque do Portugal 2030 e do Plano de Recuperação e Resiliência. “Temos de partir para uma cultura de responsabilidade e confiança, fazendo tudo da forma mais linear e transparente, sem descuidar a responsabilidade técnica e política”, diz.

Enquanto as câmaras preparam os projetos a candidatar à nova vaga de fundos europeus, o Estado deve agilizar os procedimentos administrativos, defende este governante, que já foi presidente

da Câmara de Torres Vedras e secretário de Estado das Autarquias Locais.

Carlos Miguel fala de “coisas simples” que podem fazer uma enorme diferença, “como tentar pôr fim a pareceres vinculativos de entidades da Administração Central que são excessivos e muitas vezes desnecessários”.

Um exemplo? “Se um empresário pede um licenciamento camarário para um edifício, tem de apresentar os respetivos projetos e declaração dos técnicos, comprovando que esse projeto cumpre todas as normas e responsabilizando-

-se por isso. Mas os técnicos camarários não vão aferir se a placa está bem ou mal calculada.” Contudo, “se o mesmo empresário fizer uma candidatura de eficiência energética para o mesmo edifício, os projetos e declarações técnicas são alvo de uma avaliação de um organismo da Administração Central, por um técnico com habilitação igual à do autor do projeto e que demorará meses a dar parecer”.

E defende “uma cultura de responsabilidade na autoria do projeto, e a Administração Central pode e deve fiscalizar a execução da obra”. E pergunta: “Qual a necessidade do parecer se o projeto já é feito por um técnico credenciado?”

Para Carlos Miguel, “convém explicar que os maiores obstáculos aos investimentos até nem provêm dos regulamentos europeus, mas foram criados ao longo de décadas, numa tentativa de blindar a aplicação dos fundos e ter a certeza de que são tão escrutinados quanto possível”. O problema é este: “Em Portugal, confunde-se maior

“Maiores obstáculos aos investimentos até nem provêm dos regulamentos europeus”, diz Carlos Miguel

transparência com maior burocracia, quando maior transparência deve corresponder a maior simplicidade, legibilidade e escrutínio”.

### E a contratação pública?

A aceleração dos fundos europeus também passa pela agilização das regras dos contratos públicos. O secretário de Estado lembra que o Governo tem tentado simplificar e desburocratizar as atuais regras, aumentando a sua eficiência. “Mas a proposta de simplificação do código dos contratos públicos — apesar de ter limites muito claros e de ter sido aprovada em outubro pela Assembleia da República — foi incompreendida pela opinião pública e terminou com o veto do Presidente da República”.

Enquanto esta questão não for resolvida, Carlos Miguel alerta para que “continuaremos presos a processos que atrasam, dificultam e complicam a vida a quem quer, deve e pode fazer investimento — e estamos a falar de empresas, mas também do Estado, que acabam por sofrer de paralisia funcional enquanto se repetem etapas de controlo muitas vezes redundantes. Enquanto não se perceber que alterações destas não são sinónimo de diminuição da transparência, mas de aumento da eficácia, não avançaremos”.

economia@expresso.imprensa.pt

## Fundos da ‘bazuca’ espanhola dão protagonismo às empresas

Estratégia de Sánchez é aliar-se ao “privado” para transformar a economia espanhola

España Puede. Assim se chama o plano de recuperação e resiliência (PRR) que o Governo de Pedro Sánchez está a ultimar para tirar o país da crise, com os €70 mil milhões de fundos de recuperação da União Europeia.

Em causa está um envelope de subsídios a fundo perdido cinco vezes superior ao PRR português. Mas a grande diferença nem está no maior tamanho do bolo ou das fatias dedicadas às empresas, ao turismo, à cultura ou ao desporto. Distinta é mesmo a aposta em novas ferramentas de colaboração público-privadas para transformar a economia espanhola.

Em Portugal, Governo e empresários estão de costas voltadas quanto à repartição de €14 mil milhões entre sector público e privado. Em Espanha, a aliança do Governo às grandes, médias e pequenas empresas (PME) é o “fermento” usado para o bolo aumentar: são mais de €500 mil milhões de investimento privado que Sánchez quer adicionar ao investimento público para criar emprego e acelerar o PIB já em 2021. “É um volume de investimento superior ao de qualquer outro momento da nossa história e que pode significar um salto quantitativo e qualitativo similar ao dos fundos estruturais nos anos oitenta e noventa”, diz o Governo de Moncloa.

A corrida aos fundos do PRR abre já neste segundo trimestre de 2021 e o objetivo é que as empresas espanholas sejam, direta ou indiretamente, as grandes beneficiárias.

A imprensa espanhola tem



Sánchez e Costa: dois socialistas com abordagens diferentes ao sector privado para saírem da crise FOTO GETTY IMAGES

noticiado que as PME receberão, pelo menos, um décimo do envelope em ajudas diretas. E que as empresas de maior dimensão já terão propostos acima de €100 mil milhões de intenções de investimento a este governo que optou por “codesnhar” as linhas do PRR em parceria com os principais investidores públicos e privados.

Em causa estão as manifestações de interesse (MDI) que os diferentes ministérios têm lançado desde novembro para

identificar projetos concretos a financiar pelos fundos europeus em áreas estratégicas como mobilidade elétrica, economia circular, 5G, microeletrónica, inteligência artificial, hidrogénio e demais energias ou transportes mais sustentáveis.

Por exemplo, o Ministério do Desafio Demográfico recebeu milhares de propostas de diferentes atores interessados em travar o despovoamento dos municípios com menos habitantes. E o Ministério da Indústria já mapeou mais de 750 grandes consórcios interessados em tirar partido das ajudas europeias para modernizar fileiras como o agroalimentar, automóvel, turística, papel, naval, eletrónica, aeronáutica, espacial ou retalho.

No final de 2020, foram logo aprovadas por “real decreto-lei” uma série de medidas urgentes para eliminar as barreiras administrativas que podem atrasar a contratação e execução dos projetos financiados pelo PRR. E criadas novas fórmulas público-privadas para dinamizar consórcios ou a execução de medidas através de sociedades de economia mista.

### Privilegiar os PERTE

Abertos a todo o tipo de empresas — grandes, PME ou startups — estão agora os chamados Projetos Estratégicos para a Recuperação e Transformação Económica (PERTE) a aprovar em conselho de ministros. Cada PERTE unirá esforços de diferentes atores

públicos e privados para, juntos, impulsionarem a competitividade ou enfrentarem falhas de mercado e desafios sociais que Espanha não resolveria de outra maneira.

O Governo procura parceiros capazes de abrir novos mercados e arrastar consigo as PME. Este mês de março, o próprio Pedro Sánchez já dedicou um artigo de opinião no “El País” “ao primeiro PERTE de Espanha: o carro elétrico”. A ambição é liderar a produção destes veículos. O que passa pela “constituição de um primeiro grande consórcio público-privado do governo com o grupo Volkswagen e a Iberdrola” para instalar “a primeira fábrica de baterias para carros elétricos em Espanha e uma das primeiras da Europa”. J.N.M.